

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO- CACS FUNDEB - 07/04/2026

Aos 07 dias do mês de Abril de dois mil e vinte e seis, na sala Paulo Freire, que encontrava-se vaga, da secretaria municipal de educação de Ubatuba, localizada na Rua Gastão Madeira, 101, ocorreu a reunião do Conselho de Acompanhamento e Controle Social – CACS do FUNDEB. A reunião teve início as nove e meia da manhã, com o senhor Augusto Monteiro agradecendo a presença de todos, falando sobre a nova normativa do FUNDEB, que obriga os municípios a aplicar ao menos 4% do valor do recurso no fomento da educação integral, e que encaminhou o conteúdo para o grupo do conselho para estudo. Ele e a Senhora Ana teresa falaram de uma notificação vinda do TCESP, falando dos frequentes atrasos no envio das prestações de contas bimestrais do recurso do FUNDEB através do SIOPMavs, que inclusive mencionava a possibilidade de bloqueio de verbas. Falaram da conversa que tiveram com a Fazenda Municipal e a Prefeita, onde a fazenda teria alegado estar enviando os relatórios dentro dos prazos legais, informação essa que foi verificada como inverdade, considerando que o poder executivo deve enviar esses relatório no máximo 30 dias após o término do bimestre, o que não estaria ocorrendo. Ele mencionou também que tem feito a publicação de documentos oficiais e atas do conselho dentro do portal do mesmo. A sra Ana Tereza falou do não recebimento da complementação VAAR, devido a não melhoria do índice de desigualdade no ensino, que mede a média obtida entre alunos tidos como regulares e alunos de famílias negras e indígenas, e que isso se deve a ausência da auto declaração por parte dos alunos e suas famílias, principalmente da população negra, considerando o preconceito existente até mesmo dentro das próprias famílias. A sra. Ana Paula observou que um de seus filhos, por ter a pele um pouco mais clara que ela, uma mulher negra, tem dificuldade em ser reconhecido como negro. A sra. Mônica, que é gestora de escola, concordou que embora hajam casos assim, boa parte do índice é sim afetada devido a auto declaração. A sra. Ana Teresa falou das formações que participou junto com o sr. Augusto, e que nelas foi falado que a expectativa geral no país é que as matrículas comecem a diminuir com o passar dos anos. Mencionou também que o CACS participará da elaboração do novo Plano Municipal de Educação, e que buscarão, acima de tudo, a qualidade do ensino. A sra. Ana Paula pontuou que o município é vagaroso no acompanhamento das demandas populacionais, e que deveria ser feito um estudo de demanda pela secretaria, ao que a supervisora Juliana explicou que tal ação já ocorre, e que inclusive as últimas creches inauguradas foram construídas com base nesses estudos. A sra. Ana Paula observou então que bairros como o

da Bela Vista e do Marafunda cresceram muito, sem que houvesse aumento nem mesmo de salas. A sra. Ana Tereza considerou o fato da cidade Ubatuba ter uma população “flutuante”, com número considerável de transferências de alunos para outros municípios no decorrer do ano, e que isso tem de ser levado em conta quando se fala em construções de novas unidades, pois a construção de uma nova unidade que no final tenha demanda da população seria um desperdício de recursos públicos. A sra. Mônica, que foi gestora de escola na Marafunda concordou. O senhor Augusto falou do recurso recebido em 2023 referente ao educação integral, e que até então não foi utilizado. A senhora Mônica recordou que ocorreu uma reunião junto aos gestores, onde foi instruído que cada gestor se reunisse com sua comunidade escolar, e juntos, levantassem as prioridades da escola, dentro do valor que seria repassado para as escolas, com base no número de alunos em educação integral, fazendo uma divisão “per capita”. Ela mencionou que os números foram passados e as reuniões ocorreram, mas apesar dos envios das demandas, elas não foram atendidas. A sra. Ana Teresa falou então das condições ofertadas ao conselho, observando que em Caraguatatuba já foi homologado o Fórum Municipal de Educação. A sra. Ana Paula disse nessa cidade, houve um investimento robusto em infraestrutura. A sra. Ana Tereza pontuou que são dinâmicas distintas de trabalho, e que embora em Caraguá a estrutura seja mais organizada, deixa a desejar na execução no comparado com Ubatuba. Disse que poderiam aprender entre si observando o que dá certo em cada cidade, e que os professores de Ubatuba, quando passam integrar a rede de Caraguatatuba, são muito elogiados pela forma humanizada com que trabalham, devido as formações realizadas pela rede municipal daqui. A sra. Ana Paula concordou, elogiando o trabalho dos seus pares, mas que carecemos de sistematização e mais documentação dos trabalhos realizados. A sra. Ana Teresa voltou a falar do Plano Municipal de Educação, e que é importante que façamos formações para tratar da elaboração do mesmo. O sr. Augusto fez um comparativo com o plano anterior, observando que haviam números diferentes de metas e estratégias. A sra. Ana Teresa reforçou que é importante que todos participem, para que assim tenham propriedade para contribuir na elaboração de um plano otimista, mas ao mesmo tempo factível. A sra. Ana Teresa voltou a elogiar o trabalho dos profissionais da educação, pontuando que falta também a divulgação das coisas boas que acontecem, como a premiação de uma merendeira da rede pelo FNDE, onde participou com pratos quilombolas. Ela então falou dos ofícios enviados ao poder público, tratando da manutenção e desenvolvimento do ensino, dos atrasos na disponibilização do relatório do SIOP, com notificação encaminhada pelo FNDE, fazendo a leitura integral do último. Ela pontuou que tal situação é uma ilegalidade, que coloca o município em situação de inadimplência no E-CAC, o que o senhor Augusto observou que isso pode impedir o

município de receber novos repasses. Ele prosseguiu lendo o ofício que enviou questionando sobre a entrega de materiais de consumo; leu outro questionando sobre a utilização do recurso do educação integral, e falou do calendário de reuniões. Ele reforçou a importância do envio dos relatórios de aplicação do FUNDEB, e falou dos ofícios onde solicitou dados sobre as obras e manutenções efetuadas com o recurso. O sr. Augusto falou da notificação que enviou a prefeitura, no tocante aos controladores de acesso e profissionais de limpeza. Junto a sra. Ana Teresa, levantaram o e-mail que receberam do TCESP, que informava que estariam realizando visitas na região, trazendo a luz a importância do próprio conselho voltar a realizar as suas visitas in loco, a fim de auxiliarem o próprio poder público no atingimento de suas metas. A sra. Mônica concordou, ressaltando a importância do conselho ter conhecimento e propriedade na sua atuação, para auxiliarem na fiscalização do atingimento das metas do plano. A sra. Ana Paula reforçou a necessidade do conselho continuar seu trabalho buscando melhorias no atendimento da população, citando por exemplo a necessidade de se respeitar o limite de alunos por sala, bem como o conforto climático, pontuando que estaria enviando a legislação no grupo do conselho. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.